



## RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

**Relatório:** 001/2026 – anual, com referência ao exercício de 2025

**Processo:** 00121/2026

**Emitente:** Controle Interno

**Gestor responsável:** Hilderlandio Rodrigues Alves

**Exercício de referência:** 2025

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, combinado com o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, bem como o disposto no artigo 147 e incisos da Lei Complementar 464/2012 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte) esse órgão de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

I - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, os procedimentos foram realizados por amostragem, utilizando-se técnicas de auditoria governamental aplicáveis a cada caso.

A seguir apresentamos os procedimentos adotados, seguidos das constatações, proposições sugeridas e justificativas do gestor, emitindo, ao final, nosso parecer.

### 1 Análise de regularidade / legalidade

#### 1.1 Auditorias realizadas

Objetivando subsidiar a emissão do parecer final sobre as contas ora avaliadas, realizamos procedimentos de auditoria, seguindo o manual de procedimentos desta unidade de controle.

Na tabela a seguir, apresentamos os processos / setores que foram objeto de auditoria:

Tabela 01 - Processo / Setor auditado Processo ou setor Objeto Constatações

Processo ou setor	Objeto	Constatações
Auditoria Interna nº 001/2025: Câmara Municipal de Coronel João Pessoa/RN.	Anual - com vistas a subsidiar manifestação deste Controle Interno municipal acerca da análise das contas de Gestão cuja referência é o exercício financeiro de 2024.	Informações já fornecidas ao TCE/RN, no relatório anual de 2025.



## 1.2 Irregularidades constatadas

Dos procedimentos de controle e auditorias realizadas por essa unidade de controle interno, foram detectadas falhas, irregularidades ou ilegalidades apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 02 - Irregularidade / ilegalidade detectada Ponto de controle Base legal  
Irregularidade / ilegalidade detectada

Ponto de Controle	Base legal	Irregularidade/ilegalidade detectada
Contas de Gestão	Art. 74, CF/88 C/C art. 59, LC nº 101/2000 e art. 147, LC nº 464/2012.	Informações já fornecidas ao TCE/RN, no relatório anual de 2025.

## 1.3 Proposições

Em face das irregularidades e/ou ilegalidades detectadas, essa unidade de controle interno apresentou, para o gestor responsável, as proposições sintetizadas a seguir:

Tabela 03 - Proposições Ponto de controle Irregularidade / ilegalidade detectada  
Proposições

Ponto de Controle	Irregularidade/ilegalidade detectada	Proposições
Contas de Gestão	Informações já fornecidas ao TCE/RN, no relatório anual de 2024.	Informações já fornecidas ao TCE/RN, no relatório anual de 2025.

## 1.4 Justificativas apresentadas pelo responsável do órgão ou entidade

Após a devida ciência das possíveis irregularidades/ilegalidades, assim como das recomendações, os responsáveis atestaram recebimento dos documentos de forma expressa, de modo a providenciar a imediata verificação/confirmação dos potenciais pontos de fragilidade ora expostos por esse Controle Interno e, posteriormente, vez confirmados, iniciarem as referidas correções de forma direta e/ou em conjunto com os setores/departamentos/assessorias que se fizerem necessários, tendo em vista possíveis exaurimentos de competências para específicos alinhos.

## 2 Avaliação de resultados quanto à gestão orçamentária, financeira e patrimonial

### 2.1 Gestão orçamentária e financeira

Foi realizada avaliação quanto à gestão orçamentária e financeira, com ênfase na avaliação dos instrumentos de planejamento.

Tabela 04 - Avaliação orçamentária e financeira



CÂMARA MUNICIPAL  
**CORONEL JOÃO PESSOA**  
RIO GRANDE DO NORTE

Programa/Ações (A)	Dotação Autorizada/Atual izado (B)	Despesa Liquidada (C)	% C/B (D)	Produto (E)	Meta física realizada (G)	Comentários (H)	Indicador do programa (I)
1.) 001 – Programa de manutenção e equipamento da Câmara Municipal							
1.1) 1.001 – Aquisição de veículo para a Câmara	R\$ 54.051,00	0,00	0%	-	-	-	-
1.2) 2.001 – Manutenção das atividades da Câmara Municipal	R\$ 1.679.492,63	R\$ 1.530.249,80	91,00%	Manutenção das atividades da Câmara Municipal	-	-	-

**\* Discriminar apenas os programas que têm meta prioritária.**

**(J) Outras ações promovidas na busca do cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão.**

LEGENDA:

(A) O nome dos programas e ações conforme a Lei Orçamentária Anual.

(B) Dotação orçamentária original + suplementações – cancelamentos ocorridos no exercício financeiro.

(C) Total da despesa liquidada por programa e ações.

(D) Percentual alcançado (C/B).

(E) Produto em relação à meta física estipulada.

(F) Resultado físico previsto.

(G) Resultado físico alcançado.

(H) Esclarecimentos técnicos quanto aos resultados físicos e financeiros (obrigatoriamente quando do não atingimento das metas).

(I) Indicador previsto para medição do programa.

(J) Outras ações: descrever outras ações (indicando produtos, metas e resultados) que, embora não estejam previstas nos instrumentos orçamentários de planejamento, contribuíram para o cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão.

A análise apontou que houve baixa execução na ação: 1.001 – Aquisição de veículo para a Câmara que o percentual, cujo o percentual é de 0% índice bastante singelo, demonstrando, portanto, dificuldades quanto ao alcance das metas previstas na LOA. Por outro lado, outra a ação: 2.001 – Manutenção das atividades da Câmara Municipal com o percentual: 91,00% teve execução elevada, contribuindo, por sua vez, para a efetivação das políticas públicas planejadas.

## **2.2 Outras ações promovidas**



Não ocorreram outras ações promovidas.

## **2.3 Gestão patrimonial**

### **2.3.1 Bens móveis e imóveis**

No encerramento do exercício, os bens móveis do órgão/entidade totalizaram um valor de R\$ 98.432,00 (noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e dois reais), os quais estão de acordo como registros contábeis.

No entanto, deve-se tecer uma consideração quanto aos bens móveis, tendo em vista que alguns bens na planilha em anexa (08) que pontua os respectivos bens, estão sem valores em virtude de não ter sido encontrado ainda um registro/controlado oficial dos valores faltantes em razão de se tratar de bens pertencentes a muitos anos na instituição.

Não foi constatada incompatibilidade entre os registros contábeis das contas de bens permanentes e a existência física dos bens.

Não foi encontrado dentro do órgão público, sendo eles em registros e arquivos da própria Casa Legislativa, documentos informando a relação patrimonial de bens imóveis, no entanto, constata-se que a sede a priori é um bem próprio, tão logo, em virtude de tais aceções, está sendo instaurado uma comissão de bens patrimoniais para que consiga regularizar, consequentemente resgatar a documentação e reavaliar o imóvel no transcorrer do exercício atual (2026), nesta esteira, em virtude de tais óbice, reiteramos as informações anteriormente prestadas dos exercícios anteriores.

### **2.3.2 Almoxarifado**

Ainda não foi implementado o Sistema de Almoxarifado. Todavia, a Administração da Casa Legislativa pretende, conforme esclarecimentos prestados a esta Controladoria, regularizar a situação, cumprindo assim com as determinações impostas - em especial as da Egrégia Corte de Contas.

### **2.3.3 Frota de veículos e equipamentos**

No encerramento do exercício, a frota de veículos e equipamentos do órgão/entidade correspondeu ao preço médio de R\$ 26.836,00 (vinte e seis mil, oitocentos e trinta e seis reais), de acordo com a tabela FIP (<https://placafipe.com/placa/NNR1698>).

Para a manutenção da frota durante o exercício, foram realizadas despesas no valor total de R\$ R\$ 22.620,31 (vinte dois mil, seiscentos e vinte reais, e trinta e um centavos), com aquisição de peças, e aquisição de combustível, conforme tabela abaixo:

Marca	Modelo	Ano	Placa	Tipo de combustível (I)	Consumo anual (R\$)	Despesas com peças (R\$)	Despesas com serviços (R\$)	Tipo de frota	Situação de utilização
FIAT	UNO/MILLE WAY	2009/2010	NNR1698	Gasolina comum	R\$ 18.965,31	R\$ 2.805,00	R\$ 850,00	Própria	Uso



## 2.4 Cumprimento das obrigações de declaração de bens e rendas (SISPATRI)

Em atendimento ao disposto no art. 7º da Resolução nº 002/2021, de 04 de março de 2021, com vigência a partir do ano base 2021, esse Departamento se manifesta objetivamente pelo cumprimento integral das obrigações estabelecidas no referido exercício.

Conforme se infere da plataforma “SisPatri Gestor”, foi observado e notificado por este Controle Interno a esta Casa Legislativa, que não há “pendências de providências” do exercício em análise, tão logo, a priori, não há pendências.

## 2.5 Proposições

Em face das falhas/deficiências detectadas, essa unidade de controle interno apresentou, para o gestor responsável, as proposições sintetizadas a seguir:

- a) **Almoxarifado:** este Controle, de forma informal (conversas verbais) – ainda não foi realizado nenhuma auditoria interna – até por impossibilidades técnicas; já solicitou a Administração desta Casa que inicie análises acerca da viabilidade de medidas céleres e suficientes para que o *déficit* seja sanado;
- b) **Frota de veículos e equipamentos:** recomendou-se, após a emissão do ofício 06/2026, que todos os pontos fragilizados, deficitários e/ou ilegais fossem reparados, por exemplo com implantação de “diários de bordo”, “diário de controle”, etc.

## 2.6 Justificativas apresentadas pelo responsável do órgão ou entidade

- a) **Almoxarifado:** a Secretária pertinente manifestou-se em buscar a resolubilidade da problemática;
- b) **Frota de veículos e equipamentos:** a Secretária pertinente manifestou-se em buscar a resolubilidade para as problemáticas.

## 3. Encaminhamentos ao TCE

Não foram encaminhadas, por este Departamento, nenhuma irregularidade/ilegalidade ao TCE/RN no que se refere ao exercício anterior. Ademais, no que concerne o período à frente - por esta atual funcionária pública - deste importantíssimo mecanismo de apoio, a Controladoria buscou sanar, em conjunto com os órgãos em *déficit*, todas as inconsistências verificadas na forma e dentro da lei. Outrossim, apenas e unicamente, não sendo passíveis de soluções internas, a Egrégia Corte de Contas será provocada. Evitando, consequentemente, provocações irresponsáveis e a consequente “lotação” de demandas passíveis de soluções *a quo*.

## 4. Conclusão

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do R. Hilderlandio Rodrigues Alves, relativa ao exercício de 2025, com objetivo de:



I - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

II - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Em nossa opinião as peças que integram a prestação de contas sob exame, representam a regularidade da prática de atos de gestão no exercício a que se refere, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

#### **4.1 Ressalvas:**

*Salientamos que, conforme já denotado anteriormente, até a presente data, a Câmara Municipal de Coronal João Pessoa/RN não dispõe de um Sistema de Almojarifado o que, conseqüentemente requer-se, por parte desta Casa Legislativa, uma maior atenção no sentido de sua eficaz implementação o mais rápido possível.*

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submete-se o presente relatório **à consideração superior**, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria e Parecer Conclusivo.

Coronal João Pessoa/RN, 29 de abril de 2026.

---

**TEREZINHA GOMES DE CARVALHO NETA**  
Coordenadora do Controle Interno



## CERTIFICADO DE AUDITORIA

***Certificado:*** 001/2026

***Relatório:*** 001/2026 – anual, com referência ao exercício de 2025

***Processo:*** 00121/2026

***Emitente:*** Controle Interno

***Gestor responsável:*** Hilderlandio Rodrigues Alves

***Exercício de referência:*** 2025

Foram examinados os atos de gestão do responsável pelas áreas auditadas, praticados no período de 2025.

Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

Em função dos exames realizados, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas, e em face do disposto no artigo 148, inciso II da Lei Complementar nº 464/2012 (Lei Orgânica do TCE/RN), proponho que o encaminhamento das contas do responsável pela Unidade Auditada seja pela regularidade tendo em vista a boa gestão da coisa pública e, ainda que vícios tenham sido detectados, estes são, de modo genérico, comuns na condução da máquina pública (o que, por se só, não os justificam – grife-se), entretanto – e principalmente - estes são passíveis de solução interna e, com relação a esta, sem observância de recusa nas suas respectivas resolubilidades.

Coronel João Pessoa/RN, 29 de abril de 2026.

---

**TEREZINHA GOMES DE CARVALHO NETA**

Coordenadora do Controle Interno



**PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO**

**Relatório:** 001/2025 – anual, com referência ao exercício de 2026

**Processo:** 00121/2026

**Emitente:** Controle Interno

**Gestor responsável:** Hilderlandio Rodrigues Alves

**Exercício de referência:** 2025

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da Unidade de Controle Interno quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade Auditada, expresse, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, considerando os principais registros e recomendações formuladas em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre a gestão do referido exercício, cuja Certificação foi pela regularidade.

As auditorias realizadas e os procedimentos de controle, sob os aspectos da regularidade /legalidade demonstraram uma boa gerência da coisa pública que, no que pese haja - ainda - alguns focos de vícios, estes são plenamente passíveis de solução interna, além de já terem sido efetuadas recomendações ao gestor.

Quanto à avaliação dos resultados, destacou-se a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como outras ações promovidas para promover a missão institucional, concluindo-se satisfatória diante do quadro político, econômico e financeiro que atualmente se descortina e atravessa o país.

Outrossim, não haviam determinações/recomendações expedidas pelo TCE/RN, no exercício em referência, pendentes de atendimento.

Assim, em atendimento às determinações contidas no artigo 148, inciso II da Lei Complementar nº 464/2012 (Lei Orgânica do TCE/RN) e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria pela regularidade da gestão do responsável pela Unidade Auditada: Câmara Municipal de Coronel João Pessoa/RN.

Desse modo, o processo pode ser encaminhado ao Gestor Responsável, Hilderlandio Rodrigues Alves, com vistas à obtenção do pronunciamento de que trata o artigo 150 da Lei Complementar nº 464/2012 (Lei Orgânica do TCE/RN), e posterior remessa ao Tribunal de Contas do Estado.

Coronel João Pessoa/RN, 29 de abril de 2026.

---

**TEREZINHA GOMES DE CARVALHO NETA**  
Coordenadora do Controle Interno